

Juristas apóiam Constituinte já; Tancredo descarta

A tese de convocação e instalação de uma Constituinte em 1985, defendida no editorial da Folha "Posse, Diretas e Constituinte", publicado na primeira página deste domingo, recebeu o endosso dos mais importantes juristas do País. Entre eles Raymundo Faoro, ex-presidente nacional da OAB e uma das figuras mais destacadas na campanha pela abertura política no País; Márcio Tomás Bastos, presidente da OAB-SP; e Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Esta posição se contrapõe à do candidato presidencial da Aliança Democrática e virtualmente vitorioso no Colégio Eleitoral, que se reunirá em 15 janeiro, Tancredo Neves, para quem isso só será possível em 1986. Tancredo, para justificar sua posição diz que está se apoiando na opinião de renomados juristas.

Para o presidente nacional do PT,

Luís Inácio Lula da Silva, a preocupação mais imediata deve ser com o clima de liberdade que deve presidir a eleição de uma ANC, especialmente no que diz respeito à eliminação de leis e dispositivos constitucionais autoritários que impediriam, em sua opinião, a eleição de uma Constituinte livre e soberana. No entanto, Lula acredita que a Constituinte é prioritária. Já a Executiva estadual paulista do partido, acatando decisão da Convenção Estadual, reunida ontem em São Caetano do Sul - ABC, decidiu ontem lutar pela convocação da Constituinte ainda em 1985.

A maioria dos bispos ouvidos pela Folha concordaram com o editorial mas, no entanto, não quiseram fixar uma data para isso.

Já o governador de São Paulo, Franco Montoro, descartou a hipótese e preferiu se alinhar à posição de Tancredo Neves: Constituinte em 1986.



Montoro fecha com Tancredo



Faoro não quer eleições simultâneas



Brizola: satisfaz anseios do povo



Lula: a liberdade é prioritária

Faoro quer só a Constituinte em 85

Da Sucursal do Rio de Janeiro e do Reportagem Local

O jurista Raymundo Faoro reafirmou ontem sua posição favorável à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte imediatamente após a posse do novo presidente, ao comentar o editorial "Posse, Diretas e Constituinte" publicado domingo pela Folha. Mas acredita que a simultaneidade com eleições diretas para a Presidência da República "poderia cecejar a Constituinte, como ocorreu em 1964".

O Congresso que está elegendo o presidente, acredita Faoro, não aprovaria uma emenda constitucional que determinasse o fim do mandato do próximo presidente, que ele próprio elegeu. "Não creio também que uma emenda constitucional, aprovada inclusive por senadores bionícios, legitime uma nova eleição. O que a legitimaria é uma Assembleia Constituinte livre e com amplos poderes".

Márcio Tomás Bastos, 49 anos, presidente da OAB-SP: "Não há nenhum motivo para esperar e deixar de convocar a Assembleia Constituinte no próximo ano. Basta fazer uma série de reformas em relação ao acesso aos meios de comunicação, acabar com a legislação repressiva e possibilitar a todos, sem discriminação, o acesso à Assembleia Constituinte, através de uma reforma partidária. Inclusive das minorias e das organizações clandestinas. Depois, ela deve ser extinta".

Hélio Bicudo, 62 anos, jurista e ex-procurador: "A tarefa de convocar uma Constituinte é urgente e não pode ficar à espera de uma decisão das cúpulas. Fecho com o editorial da Folha e, de um modo geral, a

Tancredo diz que juristas apóiam sua tese

"A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte só é tecnicamente viável em 1986 e essa não é uma opinião isolada minha, mas da maioria dos juristas e cientistas políticos brasileiros." Assim, o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, 74 anos, reafirmou, ontem em Recife, seu ponto de vista em relação à convocação de uma Constituinte em 1985 — proposta pelo editorial da Folha. Seu argumento é que o povo "quer escolher seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte e não deseja que o atual Congresso assuma essa função".

mobilização pelas diretas, muito mais que apenas o desejo de eleger o presidente, foi, na verdade, a expressão do desejo maior de uma mudança do regime. E esta mudança só poderá ser obtida através da Constituinte. Esta tarefa deverá ser específica de uma Constituinte e não veio por que — ainda que não seja a tradição que está ligada a causas não atuais — confundirem-se as Assembleias Constituintes com as casas legislativas".

Fábio Konder Comparato, 48 anos, jurista: "A convocação da Constituinte deve ser precedida de algumas medidas preparatórias, como, por exemplo, a reorganização dos partidos políticos e a modificação da atual legislação eleitoral, assim como a revogação da Lei de Segurança Nacional".

Miguel Reale, jurista: "Não tem cabimento pretender-se uma Assem-

bléia Constituinte já. Trata-se de mera transferência emocional das diretas-já para um problema que requer muito cuidado e tempo para sua realização. Uma Constituinte não se improvisa, mas pressupõe uma série de medidas preparatórias, como, por exemplo, fixação dos grandes temas relativos às alterações necessárias; debate desses assuntos não apenas pelos grupos sociais, mas finalmente por um grupo de técnicos em política legislativa".

Dalmo Dallari, 52 anos, jurista: "Se houver, desde já, uma intensa campanha de esclarecimento da opinião pública, nada impede que esta convocação ocorra já no final do ano que vem. O povo foi mantido à margem nos últimos anos. Na medida em que se informe este povo sobre a importância da Constituinte, estou certo de que seu interesse virá".

Montoro considera anormalidade

Reportagem Local

O governador Franco Montoro, 68 anos, manifestou-se ontem contrário à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte imediatamente após a posse do novo presidente — opção apontada por 62,2% dos entrevistados na Pesquisa Folha esta semana e defendida no editorial publicado ontem. Caso ocorresse esta convocação logo após a posse do novo governo, Montoro entende que ocorreria a dissolução do atual Congresso ou o funcionamento conjunto do Congresso e da Constituinte.

"Ambas as situações não são normais", opinou o governador. Na hipótese da dissolução do Congresso, em virtude da redução dos mandatos de quatro anos para os quais os parlamentares foram eleitos, e na hipótese do funcionamento conjunto de Congresso e Constituinte, porque "não há precedente", afirmou Montoro.

Para o governador, não constitui surpresa outro resultado da pesquisa, que apontou uma preferência de 58,6% das pessoas ouvidas para que a atual Constituição seja alterada. "Todos reconhecem a necessidade de uma nova Constituição para o País. É um ponto tranquilo", declarou. Da mesma forma, Montoro concordou com a posição defendida por 64,9% dos entrevistados, que desejam nova Constituição, no sentido de que esta seja elaborada por uma Constituinte. "A nova Constituição deve ser elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte e não por uma simples reforma do atual Congresso".

"Não é possível termos uma Assembleia Constituinte paralelamente ao funcionamento do atual Congresso Nacional. Isto seria algo inusitado", disse ontem o secretário de Governo

Roberto Gusmão, 60 anos, acrescentando ser favorável à convocação da Constituinte em 1986, com poderes para determinar inclusive, a época das eleições presidenciais diretas e o período do mandato para o sucessor de Tancredo Neves. Em sua opinião, convocar a Constituinte para 1985 "significaria interromper um processo de transição democrática que transcorre normalmente e que deve ser aprofundado". De qualquer modo, enfatizou que somente a Constituinte "restabelecerá a ordem institucional no País".

Para o secretário do Interior, Chopin Tavares de Lima, 58 anos, "várias medidas devem ser adotadas a Constituinte, sem a qual não chegaremos à plenitude da vida democrática". Destacou que é fundamental "fixar as regras da convocação, para que a Constituinte seja realmente representativa do povo". Observou que "o casuismo do sistema fez com que a representação dos Estados na Câmara Federal fosse proporcional ao número de habitantes e não ao número de eleitores. Isto tirou de São Paulo 18 cadeiras naquela casa legislativa. E não há como convocar a Constituinte no próximo ano".

O secretário dos Transportes, Adriano Branco, disse que "teremos tempo até 86 para estudar todos os problemas que devem ser canalizados para uma reforma constitucional. Convoca-la para 1985 seria um trabalho adicional que anularia o mandato dos atuais parlamentares, antecipando apenas por um ano uma eleição que poderá ocorrer normalmente na época apropriada". Acho, como administrador, que as diretas são inviáveis para 85 — acrescentou — porque é fundamental a continuidade administrativa.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), "a Constituinte só expressará a vontade soberana do País se prevalecer, pelo menos, dois requisitos: previamente a ela terão sido eliminadas as leis de arbítrio que restringem a organização partidária e a liberdade de propaganda. Os constituintes terão sido eleitos depois de um debate nacional que coloque as questões centrais da organização econômica, social e política do País perante o povo. Este escolherá os representantes em função desse debate. Sendo assim, não creio que se possa convocar a Constituinte antes de 1986".

Orestes Quêrcia, vice-governador de São Paulo: "Sou favorável à Constituinte em 86 — 15 de novembro, conforme está sendo cogitado pelo senhor Tancredo Neves. Teremos em 85 e 86 tempo para o debate nacional, preparatório da Constituinte".

Para o prefeito de São Paulo, Mário Covas, a convocação de uma Assembleia Constituinte pode até ser feita no próximo ano, no eventual governo Tancredo Neves, "mas seu funcionamento só deveria ocorrer mesmo em 1986". Segundo o prefeito, o País precisa de um certo tempo para eliminar algumas leis de exceção ainda em vigor já que "a reforma da Constituição brasileira precisa ser feita num clima de inteira liberdade política".

Covas disse as respostas dos vários segmentos sociais ouvidos pela Pesquisa Folha merecem "toda a credibilidade". Ele concorda com as duas primeiras questões: a ideia de que a Constituição brasileira deve ser alterada substancialmente e que isso deve ser feito por uma Assembleia Constituinte eleita fundamentalmente com essa prerrogativa. "Mas seria melhor fazer isso em 1986."

Funaro afirma que é necessária ampla reforma partidária

Reportagem Local

"Continuo favorável à formação da Constituinte em 1986, com a eleição para o Congresso Nacional", disse ontem o empresário Dilson Funaro, 51 anos, presidente da Trol, para quem até lá é preciso que esteja realizada uma ampla reformulação partidária. Funaro acredita que já está traçado um "caminho normal" para a reconstrução das instituições e qualquer tentativa de apressar o processo servirá apenas para "tumultuar" a redemocratização. Toda a mudança política que está ocorrendo, acrescentou, tomou muito tempo para ser construída, e não se deve renunciar, agora, a uma "base segura" para completar as reformas necessárias.

"Não estou preocupado com a data, mas com a representatividade da Constituinte", respondeu o empresário Sebastião Burbulhan, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados e vice-presidente da Fiesp. Segundo Burbulhan, o atual Congresso não tem legitimidade para exercer a função de Constituinte porque o quadro político mudou e há novas correntes de opinião em cena. Há novos partidos em formação e o novo Congresso, que será eleito em 1986, poderia, de acordo com o empresário, exercer as funções de Parlamento e de reformador da Constituição.

Prestes diz não ter ilusão, mas promete entrar na campanha

Reportagem Local

"Se houver uma campanha nacional em favor da Assembleia Nacional Constituinte para 1985 ou 1986, participarei e mobilizarei meus amigos para que participem", disse ontem o líder comunista Luiz Carlos Prestes, 87 anos, participante da Constituinte de 1964, como senador pelo então Distrito Federal (Rio de Janeiro). Observou, contudo, não ter "nenhuma ilusão do que possa representar essa Constituinte, enquanto perdurar no Brasil o poder militar tutelando os três poderes do Estado".

Enfatizando que "os militares vão impedir que a Constituinte seja realmente livre e soberana", Prestes afirmou que "a Constituinte, nessas condições, não modificaria, fundamentalmente, os princípios da atual Constituição". E lembrou que, na história das Constituintes brasileiras, "os democratas são sempre minoria".

Rogê Ferreira, 59 anos, presidente do Diretório Regional do PDT em São Paulo: "Esse percentual enorme em favor da Constituição já é algo muito importante. É um sintoma de que o povo cada vez mais toma consciência dos problemas políticos do País. Essa duplicidade de Poder Legislativo é o que poderá dificultar a convocação de uma Assembleia Constituinte-já. O que seria correto, feito nas democracias consolidadas, seria a dissolução do atual Parlamento e a convocação da Constituinte".

Proposta corresponde aos anseios do povo, diz Brizola

Da Sucursal do Rio de Janeiro

"O editorial da Folha propondo eleições conjuntas, no próximo ano, para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte, corresponde ao que convém ao povo brasileiro. A campanha por eleições diretas, que desestabilizou o oficialismo e criou a atual situação, realizou-se de forma expressa por eleições diretas para presidente e não apenas para a Constituinte". A declaração é do governador Leonel Brizola, para quem, "politicamente, a proposta da Folha é o desdobramento lógico e natural da campanha das diretas".

A adoção da proposta — de eleições simultâneas para a Presidência e para a Constituinte, em 1985 — "corresponde verdadeiramente ao que o povo brasileiro reclamou nas ruas e praças públicas. Além disso, é coerente com a natureza do regime presidencialista. Neste regime, uma Constituinte realizada sob a influência e controle de um presidente, cujo mandato pré-exista e ultrapasse seu funcionamento, será uma Constituinte deformada, incapaz de criar insti-

Para Chico Buarque, governo de Tancredo deve durar 4 anos

Das Sucursais

"Bem ou mal, a candidatura de Tancredo Neves já está legitimada e a convocação de eleições diretas para 1985 seria transformar o seu período de governo numa espécie de mandato tampinha". A opinião é do compositor e cantor Chico Buarque de Holanda, que discorda da proposta do editorial de ontem da Folha, no que se refere à realização de eleições presidenciais ainda em 1985.

"A estratégia política do editorial da Folha — disse o compositor — reduziria para apenas um ano o mandato de Tancredo Neves e com os mil e um problemas que ele tem para resolver, devido à heterogeneidade das forças reunidas na Aliança Democrática, não lhe restaria tempo para fazer nada na Presidência da República. Acho que um mandato de quatro anos seria o suficiente para Tancredo Neves, antes da posse de um presidente eleito pelo voto direto", afirmou.

Lygia Fagundes Telles, escritora: "Ficaria muito contente se acontecesse isso que a Folha propõe. É uma carência tão antiga, uma carência da nossa Pátria. Essas propostas são essenciais e se completam. Devemos exigir tudo agora, neste momento".

Nélida Pinon, escritora, 46 anos: "O Brasil exige um novo modelo. E com a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte, as diretas irão ocorrer. Os constituintes verão que precisamos de eleições diretas. Seria a voz do povo falando pela Constituinte. Acho que quem deve colocar a questão das diretas é a Constituinte. Devemos dar soberania ao Congresso. O Executivo falou muito nos últimos anos. Falou muito e mal".

Hebe Camargo, 56 anos, apresentadora de TV: "Acho que o novo governo deve adotar a Constituinte imediatamente. A partir das mudanças na Constituição é que começamos os problemas, e é a partir da Constituição que começará a mudança no País, que todos desejamos. Não é pelo fato de não estar com Tancredo que não quero essa mudança".

Celso Fonseca, presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE-livre) da Universidade de São Paulo: "A transição via Colégio Eleitoral e Tancredo Neves que se vem operando tende a manter as instituições criadas pelo regime militar. As eleições diretas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte atendem a uma aspiração de democracia da população. Daí por que só haver sentido em uma Constituinte livre, soberana, democrática e que venha a reformular e criar novas instituições democráticas."

Para d. Angélico, adiamento significa incoerência e omissão

Reportagem Local

D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo de São Miguel Paulista, bairro da Capital, disse, sobre o editorial da Folha: "Convocar uma Constituinte é questão de coerência para o governo. O Brasil não tem uma Constituição, tem uma colcha de retalhos que nos foi imposta por ministros militares. Contra tudo isso, durante todos esses anos, a oposição justamente se opôs. Na hora em que esta oposição se torna poder, não convocar uma Assembleia Constituinte Nacional já é, no mínimo, omissão. O fato de o povo não ter ido à praça da Sé, no último comício, já é uma indicação mais do que clara de que o poder público que se faz sem o povo acaba sendo abandonado pelo povo".

Para o arcebispo de Belém (PA), d. Alberto Gaudêncio Ramos, 69 anos, é preciso "uma preparação ambiental para a nova Constituição, de maneira a não serem introduzidos pontos que venham ferir o patrimônio moral de nossas tradições, para que a emenda não seja pior que o soneto". Ele defende uma preparação em 1985 e a realização da Assembleia em 1986.

O arcebispo de João Pessoa (PB), d. José Maria Pires, 65 anos, afirma que "a convocação da Constituinte deve ser o primeiro ato do novo presidente".

Na opinião do bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, 69 anos, "é preferível que, antes de convocada a Constituinte, haja uma larga campanha de reflexão popular para que todos estejam manifestando as aspirações mais fundamentais que deveriam ser consideradas na elaboração da nova Constituição". Ele acredita que "apressar" a Constituinte "poderá mesmo perturbar a condensação dos desejos de todos os setores da sociedade." E "surge, ainda, a dificuldade de fazer funcionar, ao mesmo tempo, duas assembleias legislativas: a Constituinte e a legislatura ordinária. Isto poderá provocar conflitos de ordem política e partidária que irão tumultuar o processo".

Para o bispo de Uberlândia (MG), d. Estêvão Cardoso de Avelar, 67 anos, "a Constituinte é uma necessidade absoluta". Quanto à data de sua realização, dependerá de condições concretas".

O bispo de Juazeiro (BA), d. José Rodrigues de Souza, 58 anos, diz que "convocar a Constituinte deverá ser a primeira decisão do novo presidente", que "deverá fixar as eleições diretas em todos os níveis".

O bispo de Afogados da Ingazeira (PE), d. Francisco Mesquita, 60 anos, acha que "para não frustrar as esperanças do povo, a Assembleia Nacional Constituinte deve ser precedida de uma ampla consulta à Nação".

Implosão política

"Precisamos primeiro sedimentar o que resultou desta implosão política", disse Guilherme Afif Domingos, 41 anos, presidente da Associação Comercial de São Paulo. "Devemos ter um quadro político-partidário mais claro — acrescentou. — Neste momento, há cassados e cassadores do mesmo lado." Para Afif Domingos, o quadro atual torna impossível um trabalho de reforma constitucional. Isso deve caber, diz ele, ao próximo Congresso, "que deverá ser eleito com voto distrital, de acordo com o que preceitua a Constituição atual". Por enquanto, ele considera que o que se deve apressar é a regulamentação do voto distrital. "Al, sim, poderemos ter uma reforma constitucional que expresse o princípio da descentralização dos poderes e que também consagre a eleição presidencial pelo voto direto".

Para o empresário Mário Amato, 65 anos, vice-presidente da Fiesp, o que se deve fazer, antes de mais nada, é ajudar o novo presidente a libertar-se dos compromissos que tenha feito ou que venha ainda a fazer para sua eleição e que tendem a tornar seu governo inviável.

Para Lula, antes devem ser eliminadas as leis de exceção

Reportagem Local

O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ao comentar a pesquisa Folha, onde a maioria da população de 6 capitais brasileiras é favorável à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1985 e o editorial "Posse, Diretas e Constituinte", disse que "isso somente é possível se o terreno para que ela se realize esteja preparado".

Assim, ele defende uma Constituinte livre da Lei de Segurança Nacional, com liberdade e autonomia sindical e a legalização dos partidos clandestinos. Nesse contexto, afirma, seus frutos poderão ser não só políticos, mas também econômicos e sociais para toda a sociedade.

Jair Meneghelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e coordenador nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT): "Acho que a Folha está sonhando. O Tancredo se elege com a possibilidade de governar por seis anos e não vai pensar em diretas agora. Talvez só no final do seu mandato. Quanto à Constituinte, não tenho certeza que o Tancredo a convoque, pois já está falando em 1986. Agora, caso venha uma Constituinte, os trabalhadores vão querer participar dela e influir. Mas essa não é a nossa prioridade do momento."

Idilbal Piveta, 49 anos, advogado: "Seria o ideal, após a posse do novo presidente, a convocação da Assembleia Constituinte com os únicos poderes de discutir e votar a Constituição e que ela tenha uma visão de justiça e liberdade."

Convenção do PT apoia

Reportagem Local

O núcleo paulista do Partido dos Trabalhadores (PT), o mais forte do País, decidiu ontem levar à Convenção Nacional, que o partido realizará em Brasília nos próximos dias 6 e 7 de janeiro, a proposta de transformar a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda em 85, como uma das suas prioridades programáticas. Esta é uma das principais decisões da convenção estadual que o PT realizou em São Caetano, na grande região metálgica do ABC paulista, neste final de semana.

Leia mais notícias sobre a reunião do PT na pág. 4

Paul Singer, 52 anos, economista, membro do PT: "Previamente, precisa haver uma limpeza de caminho para se chegar a uma assembleia que realmente reflita a realidade do País" — o que supõe, para ele, mudanças realmente eficazes não só da Lei de Segurança Nacional, mas principalmente de uma reforma partidária que abra perspectivas de participação política aos partidos clandestinos e uma reestruturação dos atuais partidos. "E pessoalmente, não estou certo de que isso possa se fazer em 1986. A não ser que se queira apenas um Congresso meramente reformado".

Paul Singer, 52 anos, economista, membro do PT: "Previamente, precisa haver uma limpeza de caminho para se chegar a uma assembleia que realmente reflita a realidade do País" — o que supõe, para ele, mudanças realmente eficazes não só da Lei de Segurança Nacional, mas principalmente de uma reforma partidária que abra perspectivas de participação política aos partidos clandestinos e uma reestruturação dos atuais partidos. "E pessoalmente, não estou certo de que isso possa se fazer em 1986. A não ser que se queira apenas um Congresso meramente reformado".